

### INTRODUÇÃO

A independência acentuou a preocupação pelos “vazios demográficos” da nação. Sobretudo a partir dos meados do século XIX, políticas de colonização com populações europeias foram implantadas em várias partes do Brasil. No Paraná, foi o caso dos núcleos de Thereza Cristina, fundada em 1847, pelo médico francês João Maurício Favre às margens do rio Ivaí; e da colônia de Superagui, de suíços, franceses e alemães, fundada por Carlos Gentil, em 1852, em Guaraqueçaba. Conforme a historiadora Hilda de Oliveira Ladeira (1976:17), principalmente depois da emancipação política (1853), o Paraná começou a atrair imigrantes que, inicialmente, colonizaram as vizinhanças da capital, tanto na região dos campos de Curitiba como nas regiões limítrofes de florestas. Incrementou-se um tipo de colonização basicamente orientada para o estímulo de uma agricultura que suprisse as necessidades de abastecimento. Providências conjuntas dos governos imperial e provincial permitiram o estabelecimento de núcleos coloniais nas proximidades dos centros urbanos, sobretudo no planalto de Curitiba. No Paraná, duas décadas depois da instalação da Província, a colonização com base no imigrante entrou em sua fase mais intensa: de 1868 a 1878 instalaram-se 60 núcleos coloniais por iniciativa oficial ou particular. A intensificação da propaganda imigratória no exterior, a construção de ferrovias, a abolição da escravatura e a proclamação da república intensificaram a entrada de imigrantes, alcançando quotas anuais de 200 mil por ano. Desde o final do século XIX, os governantes acreditavam que o Brasil só se desenvolveria se houvesse uma grande população branca de origem europeia no país. O governo apostava na superioridade inata do europeu, sendo este um dos elementos significativos para defendê-lo como necessário à jornada civilizadora no país. (LAMB, 1999 apud CORDEIRO, 2007, p.33).

Como dissemos, ao contrário de outras regiões do país, em que a imigração supria a carência de mão-de-obra na grande lavoura de exportação, no Paraná o colono europeu foi alocado principalmente na agricultura de abastecimento. A imigração introduziria no meio rural paranaense uma relativa mudança na estrutura agrária, com possibilidades de acesso à pequena e à média propriedade. Em busca dessas novas “possibilidades”, muitos imigrantes holandeses desembarcaram no Paraná, em fins do século XIX e início do XX. Os primeiros a chegarem foram os irmãos Jan e Leendert Verschoor e Jan Vriesman. Primeiramente, fixaram-se na cidade de Irati, fundando a colônia de Gonçalves Junior. (LUYTEN, 1981, apud CORDEIRO, 2007, p. 41) No entanto, a distância dessa cidade dos centros consumidores (aproximadamente 100 quilômetros de Ponta Grossa), a incidência de doenças palustres como a malária, a falta de água potável e de assistência médica, entre outras dificuldades, forçou o retorno de grande parte desses imigrantes à Holanda.

#### Palavras - chave:

imigração holandesa; museu; memória; identidade étnica.

**Resumo:** Em 2005, com o objetivo de recontar a história da imigração holandesa no município de Arapoti, Paraná, um grupo de imigrantes decidiu construir um museu, objeto desta pesquisa. A partir da história oral e da observação participante, os objetos museais são analisados enquanto semióforos ou coleção de objetos significantes articulados à memória e à identidade étnica do grupo social em um contexto de relação com a sociedade envolvente.

<sup>1</sup> Mestranda em Educação (Uepg). Graduada em Licenciatura em Pedagogia pelas Faculdades Integradas de Itararé (2002), em Licenciatura em Letras pelas Faculdades Integradas de Itararé- FAFIT (2006) e Licenciatura em História pela UEPG/UAB (2012). Email: carlaroseane@hotmail.com  
<sup>2</sup> Orientador. Doutor em História (Unicamp), Professor do Depto. de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Os que decidiram ficar migraram para Carambeí, fundando em 1911, uma colônia agrícola. Segundo Ladeira (p. 21), a maioria desses homens e mulheres, originários das docas de Roterdã, jamais haviam trabalhado a terra; encontravam-se desempregados e vieram “refazer a vida” no Brasil. Apesar das dificuldades iniciais enfrentadas na Colônia Gonçalves Junior, o pequeno grupo de imigrantes (em torno de 52 pessoas) estabeleceu-se em Carambeí dedicando-se inicialmente à cultura de trigo; logo intensificaram a criação de gado leiteiro visando obter adubo orgânico necessário à fertilização dos campos. O relativo sucesso da colonização holandesa em Carambeí, constatado pela visita oficial do Embaixador Holandês em 1933, estimulou a vinda de novos contingentes imigratórios. Ainda segundo Ladeira (p.24), com a prosperidade da colônia, criaram em 1935, a Cooperativa Mista Batavo Ltda. A partir de então, o cooperativismo seria de extrema importância na fixação dos holandeses nos Campos Gerais. A Batavo, após reconhecimento oficial pelo governo brasileiro em 1940, passou não apenas a comercializar como a industrializar o leite. Diante das perspectivas abertas, em 1946 o governo holandês nomeou um adido de emigração junto à sua embaixada no Brasil, reconhecendo assim as possibilidades que empreendimentos similares apresentavam aos imigrantes holandeses em potencial. Em 1951, uma nova colônia – Castrolanda – foi fundada na região dos Campos Gerais. O município de Castro foi apontado como ideal para o estabelecimento de uma nova colônia pela sua proximidade com a colônia de Carambeí. Castrolanda situa-se a 6 km a sudoeste de Castro, cidade-sede do município. A fundação dessa colônia tinha como principal objetivo econômico a produção de laticínios para somar-se à produção da colônia de Carambeí. Posteriormente, dedicaram-se também às atividades agrícolas, produzindo trigo, batata e arroz em grande escala. A agricultura tornou-se economicamente tão importante quanto a industrializado do leite.

Segundo Ladeira (p.31), para atender a necessidade de aumentar a produção do leite e o crescimento natural da população, os holandeses estabelecidos em Carambeí e Castrolanda decidiram elaborar um projeto de imigração e colonização. Este previa a compra de seis mil hectares de terra para a instalação de 100 famílias, compostas por 60% de novos imigrantes e 40% de famílias das colônias já existentes. Tal projeto culminou na fundação de um novo núcleo na região – a colônia Holandesa de Arapoti.

Algumas palavras sobre o município. Arapoti localiza-se no interior do Paraná, numa colina cercada de campos e pastagens naturais, na zona fisiográfica dos Campos Gerais. Em 1934, foi elevada à categoria de município. Segundo os dados do IBGE de 2008, possui aproximadamente 30.000 habitantes. A partir de 1916, a cidade recebeu imigrantes de origem espanhola e polonesa. Emancipou-se como município e cidade em 18 de dezembro de 1955.

## Relatos de imigrantes

Em junho de 1960 chegaram a Arapoti os primeiros imigrantes holandeses. Os motivos pelos quais vieram para o Brasil, a viagem, bem como as primeiras impressões obtidas ao chegarem continuam vivos na memória do grupo, conforme nos relata um dos entrevistados:

Após a Segunda Guerra Mundial, vários países passaram por muitas dificuldades, falta de recursos, inclusive a Holanda. As famílias eram grandes e faltava espaço, terras para serem divididas entre os filhos. Então, as famílias resolveram vir para Arapoti em busca de melhores condições de vida para seus filhos. (ENTREVISTADO 1)

Assim, incentivados pelo governo brasileiro, interessado em reocupar os chamados “espaços vazios” do território paranaense (já ocupados por índios e caboclos); e também intermediados por uma Comissão de Imigração na Holanda, que mantinha contato com as colônias de Carambeí e Castro já instaladas, novas levas de famílias holandesas vieram para a região. A viagem para o Brasil/Arapoti tornou-se, na memória do grupo, uma espécie de lenda, cujo maior ou menor teor de verdade não diminui em nada a força do relato. Ao contrário, é com base nesses relatos locais que ela ganha a força de verdade, enquanto memória coletiva.

Viajamos de navio durante 17 dias. A viagem de navio foi tranquila, confortante. Assim que chegamos ao Porto de Santos, o pastor Muller nos esperava para juntos prosseguirmos viagem. Então, viemos para Arapoti num ônibus e em duas kombis. (ENTREVISTADO 1)

Ou:

A viagem de navio foi boa. Chegamos à noite em São Paulo. Em seguida, viemos para Arapoti de ônibus e kombis. Era só estrada de chão, não tinha asfalto aqui, o que já existia há tempos na Europa. (ENTREVISTADO 2)

A vinda do porto de Santos a Arapoti foi difícil, uma vez que não havia estradas asfaltadas e pavimentadas. A chegada dos mesmos também causou momentos de tensão; sabiam que seriam recebidos por migrantes da colônia Castrolanda, já instalados na sede da fazenda comprada pelas colônias de Carambeí e Castrolanda com o objetivo de aumentar a produção de laticínios; e que teriam, a partir de então, que conviver cotidianamente com pessoas que desconheciam, sejam imigrantes já estabelecidos, sejam nacionais.

Em 1958 começaram os preparativos para receber o novo contingente de imigrantes em Arapoti. Com a ajuda de um financiamento obtido com o governo norte-americano, a Comissão de Imigração de Carambeí e Castrolanda comprou a sede de uma fazenda, atual Vila Evangélica. Dois meses antes da chegada dos mesmos, enviaram quatro famílias da colônia de Castrolanda, aproximadamente vinte pessoas, que ficaram responsáveis por acolher e instalar a nova leva de holandeses.

Ao chegarem, as seis primeiras famílias imigrantes se depararam com apenas três casas prontas, além da casa da fazenda que serviu de casa pastoral para o pastor Muller e um barracão, imediatamente transformado em escola e igreja. Logo começaram a construir outras casas provisórias, e em seis meses levantaram a primeira igreja, a primeira escola e o primeiro barracão da cooperativa agroindustrial.

No início, a colônia de Arapoti dedicou-se ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Começaram a cultivar batata-doce, arroz e quena, uma planta rica em fibras; porém, essas culturas não obtiveram a renda esperada e exigiam demasiado trabalho familiar. Uma grande estiagem na década de 60 resultou na perda de uma safra de arroz em 1962; voltaram-se também para a pecuária. As primeiras cabeças de gado foram compradas nas colônias de Carambeí e Castrolanda. Desde o começo, a leiteira foi o que mais lhes rendeu lucro.

Em 1963 foi inaugurada, pela Cooperativa Central de Laticínios, uma fábrica de manteiga e queijos, a qual servia como estação de recebimento de leite; toda a produção era enviada para a Cooperativa Batavo, em Carambeí. Em 1979, essa fábrica foi fechada e o seu edifício passou a ser utilizado apenas para recebimento e despacho de leite a granel, vez que a produção de laticínios passou a ser realizada apenas pela Cooperativa Batavo. Lembremos que o cooperativismo chegou ao Brasil com a entrada dos imigrantes vindos da Europa no início do século XX, configurando-se no país de duas formas: através de cooperativas de consumo, na cidade, e de cooperativas agropecuárias, no campo,

de ajuda mútua controlada pelos seus membros. (SINGER, 2002 apud CORDEIRO, 2007, p. 44).

No caso em tela, já em setembro de 1960 os imigrantes holandeses fundaram a CAPAL – Cooperativa Agroindustrial, com vinte e um sócios, todos de nacionalidade holandesa. Essa cooperativa passou a ofertar insumos e sementes, produtos veterinários e peças para equipamentos de ordenha aos agricultores e criadores da região; na década de 70, construiu uma fábrica de rações fareladas e peletizadas para bovinos, suínos, aves e cães. Percebendo a necessidade de inovar e romper as dificuldades impostas pela introdução do plantio direto na região, em 1984 os agricultores se organizaram na Fundação ABC. Trata-se de uma organização privada de pesquisa aplicada e dirigida aos interesses dos associados ligados às cooperativas Arapoti, Batavo e Castrolanda. Na virada do milênio, a Fundação ABC contava com uma área cultivada de 160 mil ha e um quadro de pesquisadores nas áreas de fitotecnia, fertilidade do solo, plantas invasoras, fitossanidade e economia agrícola. (MOLIN, 2001).

## Museu, um sistema de semióforos

Em 2005, cinco holandeses formaram uma comissão para discutir a ideia de construir um Museu na colônia Holandesa em Arapoti. Segundo um dos primeiros imigrantes a se estabelecer na Colônia,

A ideia de construir um Museu surgiu, primeiramente, porque as outras colônias (Carambeí e Castrolanda) já possuíam um. Depois, porque em 2010 comemorávamos os 50 anos da imigração holandesa em Arapoti. (ENTREVISTADO 1)

Assim, contando com a ajuda de seis famílias holandesas, a comissão, agora com sete pessoas, deu início à construção. Inicialmente, a comunidade da Colônia Holandesa comprou o edifício da antiga fábrica de queijo, a qual funcionou até 1990. Cada um dos 25 fundadores contribuiu com mil reais para a construção e organização do mesmo.

O principal objetivo dos mesmos era transformá-lo no Museu da Colonização Holandesa, da Agropecuária e do Cooperativismo em Arapoti. Sendo assim, essa comissão passou a coletar entre as famílias diversos materiais: fotos, móveis domésticos, instrumentos agrícolas, roupas, livros e maquinários agrícolas trazidos da Holanda. Também foi realizado um concurso entre os moradores da colônia para a escolha do nome do museu, e o selecionado foi “Museu Imigrante Holandês”.





Foto 1 - Museu Imigrante Holandês  
Fonte: CAMARGO, Carla Roseane de Sales. Arquivo pessoal, 2013.

O Museu possui nove salas, conforme a disposição abaixo:

- Sala 1- Galeria de Fotos
- Sala 2- Salão de Exposição da História da Colônia Holandesa
- Sala 3- Cozinha
- Sala 4- Sala de Recursos Audiovisuais
- Sala 5- Biblioteca
- Sala 6- Sala do Cooperativismo
- Sala 7- Almoxarifado da Comissão Cultural
- Sala 8- Oficina e Almoxarifado.
- Sala 9- Maquinários agrícolas.

Além dessas nove salas, atrás do prédio do museu encontram-se três réplicas: do primeiro escritório da Cooperativa CAPAL/primeiro mercado, os quais funcionavam no mesmo local; da primeira igreja Evangélica Reformada/Escola, uma vez que a escola e a igreja também funcionavam no mesmo espaço; e da primeira leiteria, modelo anos 60 a 80.

A sala I – “Galeria de Fotos” – antes abrigava a câmara frigorífica, onde eram depositadas a man-

teiga e o queijo produzido na antiga fábrica. Hoje, encontramos na mesma uma galeria de fotos que reconta a história da imigração holandesa ao local, desde a chegada das seis primeiras famílias em junho de 1960 até as principais atividades desenvolvidas no meio século de imigração em Arapoti. Em cada quadro estão expostas em média dez fotos, preto-e-branco e colorida. Estas retratam a vivência desses imigrantes nos anos 60, suas primeiras moradias, meios de transporte, atividades agrícolas desenvolvidas, a construção da CAPAL; o município de Arapoti nos anos 60, as atividades sociais e esportivas desenvolvidas pela comunidade, entre outros temas. Nessa galeria, percebe-se que são evidenciadas as fotos da primeira escola, igreja e cooperativa. Durante as visitas realizadas nesse espaço, um dos entrevistados nos disse que:

Os imigrantes holandeses trouxeram na bagagem apenas a igreja, a escola e a cooperativa. (ENTREVISTADO 1)

Assim, percebemos que essas três institui-

ções constituem os “eixos” em torno dos quais se estruturam a memória e a identidade do grupo étnico no local, a exemplo de outras colônias holandesas no Paraná, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. O sistema e a disposição de objetos museais reforçam essa estrutura de signos.

O espaço em que antes o leite era recepcionado para a produção de queijo e manteiga transformou-se num “Salão de Exposição da História da Colônia Holandesa” (sala 2). Na entrada do salão encontramos um quadro nominativo de todas as famílias holandesas que atuaram na construção da colônia, bem como algumas fotos e os nomes das primeiras famílias que chegaram em 1960: Kok, Van Arragon, Verbug, Koopman, Zomer e Hagen; e as famílias que chegaram em 1962: Boelman, Jonge e Bosh. Ainda na entrada, vemos um mapa da Holanda, indicando as províncias de origem dessas famílias imigrantes. Observa-se que, enquanto a maioria dos imigrantes holandeses de Carambeí era proveniente da província de Zuid Holland (LUYTEN, 1981 apud CORDEIRO, 2007, p.42), os imigrantes de Arapoti vieram de diversas províncias: Friesland, Groningen, Drenthe, entre outras.

No centro dessa sala encontra-se exposta uma maquete, rica em representações. Retrata a história da imigração em Arapoti: suas primeiras atividades; os meios de transporte utilizados para irem à igreja; as vacas; e a forma como o leite era transportado até a fábrica de queijos. Representam os elementos essenciais de preservação dessa história: a igreja, a escola e a cooperativa. É preciso levar em conta que o museu – coleção ou sistema de semióforos ou objetos tridimensionais significantes – constitui e institui uma determinada representação do passado. Ele relaciona-se com a história e com a memória social.

O museu é antes de tudo uma operação técnica; não é diferente da operação historiográfica, no sentido em que Certeau/Baudrillard a definem:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori*. Ele forma a “coleção”. Constitui as coisas em um “sistema marginal”, como diz Jean Baudrillard; ele as exila da prática para estabelecê-las como objetos “abstratos” de um saber. Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui. O material é criado por ações

combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente. [...] É necessário aí uma operação técnica. (CERTEAU, 1982, p. 81)

Esse sistema de semióforos constitui uma representação do passado, uma determinada produção de sentido histórico. Para Chartier (1990, p. 20), representação é “um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente, através de sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo tal como ele é”. Chartier (1990) também atribui alguns aspectos a esse conceito: para ele a representação não é neutra ou objetiva, mas nasce e funciona baseada em interesses e conflitos, participando assim de “lutas de representações”. O conceito de representação é visto por Chartier como a base fundamental de uma abordagem da história cultural que possibilita a análise da forma como os indivíduos e grupos se percebem e percebem aos demais. Vale destacar que a noção de representação é vista como algo coletivo, social e cultural, e não individual ou psicológico. As representações são esquemas perceptivos, configurações engendradas no âmbito da vida coletiva. Dessa forma, o autor concebe as representações enquanto “construções do mundo”, formas de apreensão do real socialmente vivido, construção simbólica do mundo, construção semântica da realidade. No caso em tela (um museu de imigrantes), essa semantização encontra-se como que “concretizada” no sistema de objetos. Dessa forma, acreditamos que o foco na representação da igreja, escola e cooperativa, bem como a localização dessa maquete – o centro da sala – demonstra a relevância da religiosidade, da educação e do trabalho no *ethos* e na visão de mundo desses imigrantes.

Numa das paredes dessa sala encontram-se também vários quadros de madeira em formato de uma série de pés que perfazem um caminho; a disposição desses em curvas faz lembrar uma estrada; observa-se que os pés representam os caminhos percorridos por esses imigrantes entre as décadas de 60, 70 e 80, pois em cada um está escrito uma atividade realizada na colônia desde a chegada dos mesmos: coral, esporte, teatro, Cruz Verde, Zeskamp. Esta última refere-se às olimpíadas disputadas entre as seis maiores colônias holandesas no país: Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul; Holambra I e Holambra II, em São Paulo; e Carambeí, Castrolanda e Arapoti, no Paraná. Esses jogos esportivos iniciaram-se em 1976 e a cada ano ocor-

rem numa dessas colônias. *Zeskamp* significa “seis campos”; nessas olimpíadas são realizados diversos jogos e atividades esportivas entre as seis colônias, o que contribui para o reforço da identidade étnica entre as colônias geograficamente separadas.

Ainda nessa sala encontramos diversos móveis e utensílios domésticos vindos da Holanda e a réplica de um *container*, onde era trazida a mudança, os principais objetos dos imigrantes. Segundo um dos entrevistados:

Cada família podia utilizar apenas 1m<sup>3</sup> nesses *containers*. Nele vinha apenas o básico: utensílios de cozinha e roupas. (ENTREVISTADO 1)

O mesmo entrevistado nos relatou ainda que os maquinários e ferramentas agrícolas (tratores, enxadas, plantadores de batata etc.) vieram da Holanda um mês depois da instalação das famílias na colônia.

A sala 4, em 1963, era dividida em duas partes: na primeira localizava-se o banheiro dos funcionários e, na segunda, o escritório de inspeção do SIFAMA (inspeção do governo estadual). Hoje, funciona como uma Sala de Recursos Audiovisuais; assim, os visitantes do Museu são conduzidos pelo guia, primeiramente, até esta sala para assistirem um vídeo/filme sobre a história da imigração holandesa em Arapoti. Este vídeo foi produzido a partir de diversas fotografias coletadas na comunidade e a narração do mesmo é realizada nas línguas portuguesa e holandesa. Em português a história é narrada pelo pastor Paulo Verdin da Igreja Luterana, e em holandês por Colch Koosje Bronkholts, da equipe diretora do museu. O filme retrata a história da imigração holandesa desde o início da colônia em Arapoti, suas principais atividades e dificuldades, como a falta de estradas asfaltadas e pavimentadas, a construção das primeiras barragens de água, a perda de safras, a falta de energia elétrica, entre outros temas que compõem uma história algo épica, de enfrentamento e vitória sobre obstáculos de conjuntura. No final deste vídeo são realizadas três afirmações peremptórias: “A terra foi desbravada”; “Para os imigrantes não existe mais hoje uma casa provisória de madeira e colchões de palha”; e, ao ser apresentada a imagem de um arco-íris, uma afirmação religiosa: “Sinal da aliança, fidelidade, divindade. Até hoje podemos louvar a Deus na nossa colônia em Arapoti”.

Essas afirmações são resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – em suma, de identidade dessa comunidade. Para Pollak (p. 5), a identidade, no seu sentido mais superficial,

é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Podemos perceber, nas imagens, frases e representações realizadas nesse vídeo, que os imigrantes holandeses fazem questão de ressaltar que o sucesso da colônia é resultado de muito trabalho e esforço coletivo firmados na igreja, no cooperativismo e na escola.

Observa-se que o museu está a serviço da comunidade; portanto, auxilia na construção identitária e social de cada indivíduo, vez que este se percebe como parte do grupo social representada nesse espaço, bem como se sente responsável pela preservação de seu patrimônio cultural e de seu capital simbólico identitário. Percebe-se que o Museu Imigrante Holandês foi construído a partir das concepções acima explicitadas. Segundo um dos entrevistados,

O Museu foi construído porque não podemos perder nossas tradições, precisamos mostrar para a sociedade que nossa cultura não pode se perder. (ENTREVISTADO 1)

Assim, compreende-se que o referido museu contribuiu tanto para a preservação do patrimônio cultural quanto para auxiliar na construção e reconstrução da memória e da identidade étnica desses imigrantes, vez que ele ressalta a reconstrução histórica da imigração holandesa na localidade compondo uma espécie de epopeia dos “pioneiros”.

Vimos que a ideia de construir o Museu Imigrante Holandês surgiu, primeiramente, porque as outras colônias (Carambei e Castrolanda) já possuíam um similar. Depois, porque em 2010 se comemoraria o “Jubileu de Ouro” (50 anos) da imigração holandesa em Arapoti. Assim, apesar de o museu ter sido inaugurado em dezembro de 2007, foi oficialmente reinaugurado em 2010, ano da comemoração do jubileu. Na ocasião, foi realizada uma grande festa no Parque de Exposições da CAPAL, em Arapoti, para celebrar os dois acontecimentos: o cinquentenário da imigração holandesa em Arapoti e a fundação da própria Cooperativa Agroindustrial no município. Durante uma semana – de 13 a 18 de setembro – foram realizadas exposições agropecuárias, shows pirotécnicos e apresentações musicais, bem como visitas a stands e ao próprio Museu Imigrante Holandês. Ainda nesse mesmo ano, no sete de setembro, a prefeitura promoveu um desfile



cívico com o tema: “Arapoti, 50 anos da colonização holandesa”. Assim, a epopeia local foi articulada à data maior do discurso de formação da nacionalidade brasileira.

O desfile foi dividido em nove subtemas: a Chegada dos Pioneiros, a Integração das Etnias, a Primeira Escola, a Primeira Igreja, os Primeiros Meios de Transporte, Lazer, Moinho, o Primeiro escritório da Cooperativa e a CAPAL. Participaram do desfile cerca de setecentos alunos do ensino fundamental e médio da rede municipal, estadual e colégios particulares do município. As apresentações das escolas e dos carros alegóricos continuam presentes na memória desses imigrantes, conforme nos relata um dos entrevistados:

O desfile de 2010 foi o melhor de todos os anos. Os temas: navio, igreja, escola, cooperativa, moinho representam muito bem a nossa história, principalmente o navio. Até tirei uma foto em frente ao mesmo e mandei fazer um quadro, que está na entrada principal da minha casa (ENTREVISTADO 1).

Percebe-se que as festividades realizadas no jubileu de ouro denotam a importância das comemorações como reforço na construção e manutenção da identidade étnica desses imigrantes. Da mesma forma, ou melhor, de forma análoga, os objetos selecionados, organizados e preservados no museu são transformados em semióforos, compondo um monumento da memória e da identidade do grupo.

Na perspectiva de uma história cultural de matriz semiótica, tal como apresentada por Pomian (1998, p. 77), um semióforo é “um objeto visível investido de significado”. Os semióforos têm como função representar o “invisível” no mundo visível – no caso, o passado no presente. Pessoas e instituições podem também assumir o caráter de semióforos. É o caso do museu e seus organizadores. Os semióforos museais, organizados em coleção, filtram e selecionam a memória dos expectadores e estabelecem uma relação entre dois mundos: o de ontem e o de hoje. O sistema de objetos é disposto ao olhar para serem admirados, comentados, evocados, colocados em evidência pela importância coletiva de comunicação e produção de sentidos identitários. Como meio de comunicação, evocação da memória e construção da identidade étnica, produzem efeitos específicos de significação.

Em relação à identidade étnica, Barth afirma que o grupo étnico deve ser visto como uma forma de organização social em que a identidade é enfocada na situação de contato com o “outro” (no caso, a sociedade envolvente), estando em frequente reela-

boração. Na busca por compreender os processos envolvidos na etnicidade, Barth apresenta a ideia da existência de fronteiras étnicas, as quais expressam mais do que os próprios atributos étnicos evidentes, fundamentais para o estabelecimento das relações interétnicas, visto que é somente através do contato e da consciência da alteridade que os grupos étnicos criam/tomam consciência da sua própria identidade.

Dessa forma, a construção do Museu “O Imigrante Holandês”, bem como os objetos selecionados, organizados e preservados no mesmo – os semióforos – expressam essa tomada de consciência, explicitada por Barth, a qual se expressa através desses mecanismos de reforço que funcionam como vetores na constituição do grupo étnico como tal, diante e no interior de suas relações com a sociedade mais abrangente e diversificada. Barth, ao conceber o conceito organizacional da etnicidade, apresenta características essenciais dos processos de reafirmação de traços étnicos e suas manifestações, diferenciando-os de outros que se encontram fora do contexto da comunidade. Sendo assim, observa-se que, no museu, os atributos culturais adquirem valor expressivo e afirmam a existência de fronteiras, o que permite a preservação de um espaço imprescindível para o fortalecimento e manutenção de laços comuns essenciais à comunidade, bem como possibilita a interação do grupo étnico com aqueles que estão para além dessas fronteiras.

A memória evocada pelos semióforos é a memória coletiva de um passado recente, consolidada por uma geração viva que contabiliza e distribui entre si um status social de “pioneiros”, ou seja, remete a um mito de origem ou de fundação. E, enquanto tal, a memória museal apaga as diferenças em proveito das semelhanças, funciona como mecanismo de fabricação de consensos comunitários, de coesão identitária necessária à perduração societal do grupo. A memória pacifica a seu modo o passado e o cotidiano conflituoso das relações sociais, a começar pela relação entre os estabelecidos e os *outsiders*.

## Memória

No estudo das formas da memória, sociólogos, antropólogos e psicólogos sociais precederam os historiadores; independentemente da escala espacial, os estudos históricos em torno da memória se beneficiam do diálogo interdisciplinar com as ciências sociais, a começar pela sociologia da memória. A crítica da memória e dos lugares de memória permite

pensar as relações complexas entre museu, memória e identidade étnica.

Um museu é antes de tudo um lugar de memória. O conceito de lugar de memória desenvolvido por Pierre Nora pode ser aplicado não apenas à história de uma nação, mas também à de uma região ou local. Se, por um lado, a memória coletiva pode ser fonte para a história, por outro a história pode tornar-se memória (como se dá, por exemplo, com as histórias locais, regionais e nacionais). Como observou Nora, “A história, constitutiva da identidade nacional e que se tornara a mais forte de nossas tradições coletivas, tornou-se memória através de uma quantidade de elos dos quais a escola é somente o principal...” (NORA, 1993a, p. 575). Mas trata-se de um fenômeno muito mais amplo, observado a nível mundial. Desde os anos 1980 têm surgido muitos estudos históricos sobre memória; esse interesse verifica-se também nas áreas da psicologia, pedagogia, sociologia, antropologia e nas áreas biomédicas, como a neurofisiologia. Nossa época vê surgir também muitas instituições públicas e privadas com vistas a recuperar e conservar memórias: casas da memória e do patrimônio, museus, centros de documentação, arquivos, monumentos, comemorações, etc. Fala-se em “resgate da memória”, preservação da memória, direito à memória – objetivos presentes na voga da história oral, por exemplo. Qual o significado dessa verdadeira obsessão com a memória?

Segundo Nora, Joutard e outros, o êxito de inúmeras pesquisas sobre a memória coletiva responde a uma demanda própria do tempo presente: “Esse êxito recente está evidentemente em relação com a redescoberta dos pequenos grupos de pertença, com a vontade de reencontrar (ou de salvaguardar) sua identidade.” (JOUTARD, 1993, p. 526). Conforme Nora, a modernidade é marcada por um processo crescente de aceleração da história, quer dizer, pelo “sentimento de uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. [...] Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.” (NORA, 1993b, p. 7). Esse movimento de aceleração, próprio da modernidade ocidental, teria atingido um ponto crítico, “convulsivo”, na contemporaneidade. A valorização da memória coletiva conjugar-se-ia, conseqüentemente, aos esforços de enraizamento e reterritorialização de indivíduos e grupos sociais. Segundo essa leitura, vivenciamos um processo de enfraquecimento da memória como experiência coletiva ou comunitária. Esse fenômeno exacerbou-se na cultura do capitalismo avançado, dito

pós-industrial ou pós-moderno. Daí, nas últimas décadas do século XX e nos dias correntes, a inflação dos *lugares da memória*. A aceleração da história tem provocado um sentimento de ruptura com o passado coletivo, uma sensação de descontinuidade e de desligamento com a tradição. Esse sentimento gera uma sensação de incerteza e, com isso, a busca frenética por vestígios identitários. Nesse sentido, Nora estabelece uma importante diferenciação e mesmo uma oposição entre *memória* e *história*:

A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos, e, nesse sentido, ela está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que já não existe mais [...], porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. (NORA, 1993b, p. 9)

Para Nora, a memória está próxima do mítico, do sagrado, do simbólico; religando passado e presente, ela contém algo de religioso. A história, diferentemente, coloca-se do lado do racional, do logus, do saber laico, crítico e dessacralizante. Apesar dessas oposições, memória e história, até uma época recente, estiveram mais ou menos confundidas. De fato, desde a antiguidade – a começar por Heródoto –, memória e história tornaram-se quase sinônimos: por séculos, a história escrita pelos historiadores tornou-se suporte e veículo da memória coletiva. Nora observa ainda que, desde a Idade Média, a historiografia esteve confundida com uma determinada memória histórica ligada à construção da identidade coletiva (no caso analisado por ele, a dos franceses); essa relação atingiu o paroxismo no século XIX com a afirmação do Estado-nação. Assim, por exemplo, o historiador Renan escrevia, em 1882, em *O que é uma nação*, que um “rico legado de recordações é a garantia da vontade de viver em conjunto”; em outras palavras, esse “rico legado de recordações” é a condição *sine qua non* da identidade nacional. A história tornava-se assim memória da nação. A historiografia europeia do século XIX é, na sua maior parte, a história política do Estado-nação e das relações internacionais. Nora constata que essa memória nacional, que aglutinava os franceses (podemos pensar em outras nacionalidades, regionalidade e localidades), esfacelou-se no fim do século XX com o processo de aceleração da história. Ocorre, nesse contexto, uma série de fenômenos históricos que caracteriza a contemporaneidade:



Fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro; quer se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução. (NORA, 1993b, p. 8)

O esfacelamento, a morte da memória nacional e da memória tradicional criou certa crise de identidade, que evidentemente afeta a existência concreta dos grupos sociais e dos indivíduos. É então que surgem e se multiplicam os “lugares de memória”, a preocupação com a preservação e recuperação da(s) memória(s); há um sentimento difuso de que se foi despejado da própria memória: “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidades de lhe consagrar lugares.” (NORA, 1993b, p. 8) “Os lugares de memória”, diz ainda Nora, “são antes de tudo, restos. [...] É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer à noção. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual [...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea [...]” (Idem, p. 12-13) A memória, como resultado da aceleração da história, deixou de ser orgânica, espontânea, natural; daí a inflação da memória, o reforço de todas as instituições de memória:

À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. (NORA, 1993b, p. 15)

Ainda segundo essa análise, há, na contemporaneidade, uma ruptura, uma separação entre história e memória. O historiador não lamenta esse divórcio; pelo contrário, entende que a utilização estratégica do conceito de memória pode ser fecunda para a renovação da historiografia. Com isso, a história, constitutiva da identidade nacional, fica liberta dessa memória e assume uma nova posição, crítica e independente, em relação a determinadas práticas e representações memorialísticas. A história (no sentido de historiografia) volta-se para a desconstrução da tradição nacional [ou regional, local, etc.], de que ela própria participara; com isso, a memória torna-se *objeto* da história; torna-se possível escrever uma história da memória, ou melhor, das formas de sua constituição. O procedimento

consiste em “tomar, como blocos, os objetos já constituídos da nossa herança para dissecar-lhes a constituição”; examinar “todos os instrumentos de formação dessa tradição nacional”; história de museus, manuais pedagógicos, academias, bibliotecas, arquivos, coleções, festas cívicas, divisas, emblemas, aniversários, comemorações. Em suma, torna-se possível uma “história crítica da história-memória” mediante a “passagem de uma história totêmica para uma história crítica: é o momento dos lugares de memória. Não se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações.” (NORA, 1993b, p. 13-14)

Para Nora, em suma, a ideia expressa no conceito de lugares de memória está relacionada a um movimento da historiografia no sentido de sair da era da identidade, quando memória e história confundiam-se, e entrar na era epistemológica, na qual a memória torna-se objeto da história. A relação memória-história é uma relação de poder em torno das imagens do passado. De fato, a memória coletiva tem sempre um conteúdo conservador do grupo, classe ou segmento que a construiu, preserva e transmite. A pacificação do passado anula as situações de conflito, tensão e fricção social: opera-se um nivelamento, um alisamento. Determinados acontecimentos e circunstâncias “prefere-se esquecer”: há o esquecimento voluntário ou o silenciamento.

## Considerações finais

A imigração massiva e as migrações internas estão na base da grande diversidade étnica, cultural e regional do Paraná do século XX e XXI. As identidades culturais dos grupos são construídas e reconstruídas na relação com os grupos vizinhos. As identidades se constituem nas relações com as alteridades. Os estudos, realizados desde os anos 1960, sobre “aculturação” de populações imigrantes no Paraná evidenciaram que as tensões e animosidades étnicas perpassam a história da imigração no Brasil. No Paraná não foi diferente. Conforme a intensificação do fluxo migratório de diversas etnias e nacionalidades, esses atritos tenderam a se acirrar, especialmente nos centros urbanos de maior concentração populacional, como Curitiba e Ponta Grossa. Por vezes, como no caso dos antagonismos entre alemães e poloneses, as comunidades de imigrantes “reproduziam” no local o narcisismo das diferenças

herdadas do nacionalismo europeu.

As sucessivas ondas, desde o século XIX, de imigrantes de diversas etnias e nacionalidades, somadas às migrações internas intensificadas a partir dos anos 1930, estimularam a diversidade local e regional em termos de cultura e modos de vida. A imigração multiétnica e as migrações internas (essas últimas acentuadas no século XX) confluíram para formar as diversas “zonas culturais” nos limites do estado e, às vezes, no interior de uma mesma região. Em uma sociedade complexa, a construção da identidade cultural de grupos e subgrupos sociais se dá em contextos de relações interétnicas e problemas de “aculturação” bastante difíceis de serem sintetizados em poucas palavras. Como não poderia deixar de ser, a imigração em massa afetou, ao longo das décadas, o conjunto das práticas (sociais, econômicas, religiosas, da população paranaense), no contexto por vezes tenso dos encontros e desencontros culturais. É impossível generalizar o processo. O encontro das culturas se realiza segundo modalidades muito variadas e leva a resultados contrastados, segundo as situações de contato.

Esse breve artigo trata de uma primeira incursão nessa problemática a partir de um estudo de caso de um museu étnico em que os objetos museais assumem a função do que chamamos de semióforos da etnicidade. A partir da história oral e da observação participante, foi possível perceber como os semióforos ou coleção de objetos significantes são articulados à memória e à identidade étnica de grupo social de imigrantes e descendentes holandeses em um contexto de relação com a sociedade envolvente. Outras pesquisas sobre essa problemática nos parece promissoras.

### Fontes orais

Hilbert Kok. Acervo da pesquisadora, 2013.  
Jan Hagen. Acervo da pesquisadora, 2013.

### Filmografia

**A Imigração Holandesa em Arapoti** – Arapoti, 2005. 1 vídeo-disco (35 min).

### Fontes impressas

A COMUNIDADE- 8ª I.R.E. **A História de Arapoti**. Ano I, Jaguariaíva, p.4, dezembro/1968.

IBGE. **Censo Demográfico 2008**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

### Referências

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 87, jan/abr 1996.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Frederik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa: Bertrand, 1990.

CORDEIRO, Valdete Aparecida Lima. **A Constituição da Escola Evangélica de Carambeí: uma Instituição Educacional da Imigração Holandesa na Região dos Campos Gerais-PR**. Dissertação de Mestrado em Educação, UEPG, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

JOUTARD, Philippe. Memória coletiva. In: BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.

LADEIRA, Hilda de Oliveira. Um Estudo sobre a Imigração Holandesa nos Campos Gerais. UEPG- **CADERNOS UNIVERSITÁRIOS** nº 12. Ponta Grossa, 1976.

LAVALLE, Aída Mansani. **Nos caminhos de Arapoti**. [s.l.]: [s.ed.], s.d.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MOLIN, J.P. **Agricultura de precisão—o gerenciamento da variabilidade**. Piracicaba: José Paulo Molin, 2001. 83p.

NORA, Pierre. Nacional (História). In: BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993a.

\_\_\_\_\_. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, nº 10, 1993b.

POMIAN, Krzysztof. História cultural, história dos semióforos. In: SIRINELLI, Jean-François & RIOUX, Jean-Pierre (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.